

**Procedimento por ajuste direto para o aluguer de autocarros para serviços
ocasionais**



ANEXO I

DECLARAÇÃO (a que alude a alínea a) do n.º 1 do art.º 57º)

1. Ana Cristina Lourenço Carvalho de Sousa, portadora do Cartão de Cidadão com o numero de Identificação Civil 11359340 6ZY9, com morada profissional na Avenida Dr. Moreira de Sousa n.º 805, 4415-384 Carvalhos – Vila Nova de Gaia, e Joana Maria Lima da Costa, portadora do Cartão de Cidadão com o numero de Identificação Civil 10588618 1ZY0, com morada profissional na Avenida Dr. Moreira de Sousa n.º 805, 4415-384 Carvalhos – Vila Nova de Gaia na qualidade de representantes legais da União de Transportes dos Carvalhos, Lda., tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto para o aluguer de autocarros para serviços ocasionais, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a). Anexo I - Declaração de aceitação do caderno de encargos;
 - b). Anexo III – Modelo de Indicação do preço contratual;
 - c). Lista Unitária dos preços;
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

Sede
Av. Dr. Moreira de Sousa, 805
4415-384 Carvalhos
geral@utc.pt / aluguer@utc.pt

Tel. 707 200 383
Fax 227 828 433

www.utc.pt
tours.utc.pt
utc.acores@facebook.com



4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de património ou qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrar abrangida por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenha sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artº 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artº 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, e no nº 1 do artº 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artº 562º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgada por algum dos seguintes crimes:
 - i) Participação em atividade de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Ação Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Ação Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses

Sede
Av. Dr. Moreira de Sousa, 809
4415-384 Carvalhos
geral@utc.pt

Tel. 707 200 383
Fax 227 828 433

www.utc.pt
tours.utc.pt
utc.acores@facebook.com

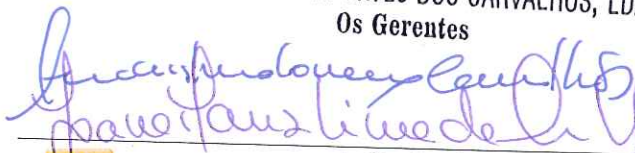
Financiários das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;



- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), e) e i) do nº 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Carvalhos, 25 de maio de 2017
UNião de Transportes dos Carvalhos, LDA.
Os Gerentes



A Gerência

Sede
Av. Dr. Moreira de Sousa, 805
4415-384 Carvalhos
geral@utc.pt / aluguer@utc.pt

Tel. 707 200 383
Fax 227 828 433

www.utc.pt
tours.utc.pt
utc.acores@facebook.com

